

Ata nº 178 / XIII / 4.ª SL

Aos onze dias do mês de junho de 2019, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações Gerais

2. Audição do Senhor Embaixador de Portugal no Luxemburgo, António Gamito

3. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 90/XIII/4ª](#) - Aprova a Convenção multilateral para a aplicação de medidas, relativas às convenções fiscais, destinadas a prevenir a erosão da base tributária e a transferência de lucros, adotada em Paris, em 24 de novembro de 2016.

- **Deputada autora do parecer:** Lara Martinho (PS)

4. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 92/XIII/4ª](#) - Aprova o Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Portuguesa e a República da Coreia, assinado em Seul, em 25 de maio de 2018.

- **Deputada autora do parecer:** Odete João (PS)

5. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 93/XIII/4ª](#) - Aprova a Convenção n.º 188, relativa ao trabalho no sector da pesca, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 96.ª sessão, realizada em Genebra, em 14 de junho de 2007.

- **Deputado autor do parecer:** José Cesário (PSD)

6. [Apreciação e votação da Proposta de Resolução n.º 94/XIII/4ª](#) - Aprova o Instrumento de Emenda da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho, na sua 72.ª Sessão, realizada em Genebra, a 24 de junho de 1986.

- **Deputada autora do parecer:** Berta Cabral (PSD)

7. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1708/XIII/3.^a (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que no âmbito da Resolução da AR n.º 232/2017, de 20 de setembro, atue junto das autoridades do Canadá no sentido de agilizar os procedimentos necessários ao aumento da quota de importação prevista no CETA.

8. Discussão do Projeto de Resolução n.º 2061/XIII/4.^a (CDS-PP) - Recomenda ao Governo medidas urgentes e eficazes nas respostas de creches e lares de idosos para os filhos e ascendentes dos portugueses e lusodescendentes que regressem ou ingressem em Portugal oriundos da Venezuela).

9. Aprovação de Atas:

N.º: 172, de 7 de maio de 2019;
N.º: 174, de 28 de maio de 2019;
N.º: 176, de 29 de maio de 2019.

10. Outros assuntos

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por saudar os membros da Comissão, bem como e em especial, o Senhor Embaixador de Portugal no Grão-Ducado do Luxemburgo, António Gamito, tendo explicado a metodologia adotada para a presente audição, concedendo de seguida o uso da palavra para a intervenção inicial.

O **Senhor Embaixador** iniciou a sua alocução dando nota das dificuldades que encontrou quando assumiu funções, nomeadamente questões salariais relacionadas com os funcionários consulares, onde o Estado Português não estava a cumprir com as leis locais, e o despedimento de uma funcionária consular sem justa causa, o que espoletou uma ação em tribunal contra o Estado Português. Ambos os casos, referiu, estão solucionados ou em vias de resolução. No que toca às comunidades portuguesas, informou que cerca de 1700 portugueses tinham o pagamento de pensões em atraso, estando a desenvolver esforços no sentido de solucionar o tema, mediante

permanências sociais e diálogo direto com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Transmitiu que as diligências efetuadas até à data permitiram solucionar 1100 dos casos pendentes, restando apenas 600. No mesmo tema, referiu a dupla tributação de pensões, informando que a Senhora Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros tem vindo a efetuar sessões de esclarecimento junto da Comunidade Portuguesa, tendo sido publicado um documento de esclarecimento sobre a matéria. No momento atual, referiu, o tema está em vias de resolução, existindo a expectativa de eliminar todos os casos de dupla tributação no futuro próximo. No que toca à relação bilateral, frisou que o diálogo com o Luxemburgo é excelente, existindo espaço para maior cooperação na área das *startups* de *fintech* e tecnológicas, setor em franca expansão naquele país. Deu nota da existência de uma deriva nacionalista, com reflexos no sistema de ensino. Contextualizou, esclarecendo que os expatriados residentes no Luxemburgo estão em vias de ultrapassarem os nacionais, o que deu origem a novas exigências de fluência em luxemburguês para o exercício de direitos político e sociais. Esta mudança tem impacto direto na diáspora dado que, em regra, os emigrantes portugueses falam francês, língua franca na região do Luxemburgo. Relativamente ao ensino do português, informou que dos 120.000 portugueses e lusodescendentes residentes naquele país, pouco mais de 2.000 aprendem a língua materna, reconhecendo a necessidade de redobrar esforços com vista a aumentar o número de alunos. Concluiu, referindo que o Luxemburgo é um *hub* importante no contexto europeu, em parte devido à sua localização geográfica entre a Alemanha e França, sendo ainda o principal ponto de entrada para o investimento proveniente da República Popular da China, via Bank of China, sediado no Grão-Ducado.

De seguida, usou da palavra o Senhor **Deputado Paulo Neves (PSD)**, para solicitar um ponto de situação quanto à participação cívica da diáspora, em particular dado que o atual vice-primeiro-ministro é lusodescendente. Questionou qual o nível de participação da comunidade portuguesa no último ato eleitoral e que trabalho deve ser desenvolvido pelos partidos políticos por forma a melhor servir aquela comunidade. Relativamente à exigência de fluência em luxemburguês, inquiriu quando à possibilidade sensibilizar as autoridades do Grão-Ducado nesta matéria, dado que a língua materna daquele país não tem uma utilização expressiva entre os próprios nacionais. Referiu que o Luxemburgo tem o maior rendimento per capita da União, inquirindo sobre novos mecanismos de promoção de produtos portugueses naquele país. Concluiu, solicitando ao Senhor Embaixador que traçasse a atual imagem dos portugueses e de Portugal, do

ponto de vista do Luxemburgo.

Retomou a palavra o Senhor **Embaixador** para frisar a forte relação histórica entre ambos os países, caracterizada por diferentes vagas de emigração portuguesa. afirmou que nas mais recentes gerações, dado o volume de migrantes, existe a tendência para a criação de enclaves, o que coarta a interação com a população local, embora, no geral, a perceção luxemburguesa da emigração portuguesa é francamente positiva. Aludiu às imposições da língua materna do Grão-Ducado para dar nota de um lusodescendente, eleito burgo mestre, que foi forçado a pedir a demissão por não dominar o luxemburguês. Relembrou o discurso que proferiu durante a cerimónia de celebração do 10 de junho, onde instou a maior empenho da Comunidade na aprendizagem do luxemburguês, com vista a permitir a representação de portugueses e lusodescendentes nas instituições do Grão-Ducado em linha com a proporcionalidade populacional da diáspora, sinalizando também a responsabilidade dos encarregados de educação na matéria. A final, informou que dos 49.000 portugueses recenseados no Luxemburgo, apenas 1% votou nas recentes eleições para o Parlamento Europeu. Neste contexto, disse, tratou-se de um aumento face a atos legislativos anteriores, porém ficou aquém das expectativas.

Finda a intervenção, usou da palavra o Senhor Deputado **Marcos Perestrello (PS)**, para agradecer o transmitido pelo Senhor Embaixador, reiterando que Portugal e o Grão-Ducado mantém uma excelente relação bilateral quer ao nível do governo quer a nível parlamentar. Aludiu ao memorando assinado entre o Luxemburgo e a República de Cabo Verde no final do ano passado, englobado na estratégia do Grão-Ducado para África, onde também se inclui São Tomé e Príncipe. Face ao que precede, destacou a posição privilegiada de Portugal com todos os países envolvidos, solicitando uma opinião do Senhor Embaixador quanto à potencialidade do memorando e papel reservado para Portugal na agilização destas relações.

Retomou o uso da palavra o Senhor **Embaixador**, para concordar com o exposto pelo Senhor Deputado, contextualizando o acordo no quadro da CPLP, onde o Luxemburgo é observador associado. Mais disse que Portugal já está integrado no projeto, providenciando transporte para o apoio luxemburguês. Quanto a ações concretas informou que o previsto no memorando reforça a cooperação existente, e que este interesse insere-se numa visão mais alargada da relação com o espaço lusófono, destacando a recente inauguração da Embaixada do Grão-Ducado no Brasil.

Finda a intervenção, usou da palavra o Senhor Deputado **João Gonçalves Pereira (CDS-PP)**, para agradecer o balanço providenciado, solicitando mais detalhes sobre as limitações existentes no ensino do português, questionando se a difusão da língua materna está em risco dadas as recentes iniciativas promovidas pelas autoridades luxemburguesas.

Retomou a palavra o Senhor **Embaixador** para confirmar o risco do ensino do português como segunda língua perder relevância, concordando com a análise do senhor Deputado no que toca à motivação do Governo Luxemburguês. Informou que a Embaixada tem vindo a desenvolver esforços no sentido de assegurar que o português é lecionado nas 5 comunas, o que considerou ser manifestamente pouco, tratando-se de um objetivo no curto prazo. No horizonte mais alargado, tem em vista promover o ensino do português como língua de opção nas escolas internacionais, frisando o interesse da parte dos alunos, cabendo aos encarregados de educação aquiescer ao incremento da carga horária.

Finda a intervenção, usou da palavra o Senhor **Presidente** para sublinhar que o ensino do português é essencial em todas as comunas onde a diáspora está presente, questionando se este tema não deveria pautar pela descentralização, dado o peso demográfico e dispersão de portugueses e lusodescendentes, contrariando o foco no Instituto Camões. Inquiriu quando às origens do recrudescimento do luxemburguês, se é uma política especificamente direcionada à comunidade Portuguesa, dado ser das mais representativas no Grão-Ducado.

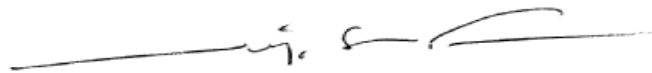
Em resposta, o Senhor **Embaixador** confirmou que existe uma justaposição entre a representatividade da diáspora e o ensino do português, em parte graças à emigração cabo-verdiana. Mais disse que as autoridades do Grão-Ducado não se opõem à inclusão do português no ensino integrado desde que os custos não sejam assumidos pelo Governo. Na opinião do Senhor Embaixador, estas alterações acabam por limitar o acesso de emigrantes à administração pública e a cargos políticos, e podem sinalizar uma mudança de atitude generalizada por parte da liderança política do Grão-Ducado. A título de exemplo referiu o recente corte de apoios do Governo do Luxemburgo a duas das mais relevantes associações de apoio a comunidades estrangeiras.

Finda a intervenção, o Senhor **Presidente** agradeceu a presença do Senhor Embaixador e deu por terminada a audição. Não existindo quórum para prosseguir com a parte deliberativa da ordem do dia, foi declarada encerrada a reunião pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#)

Palácio de S. Bento, 11 de junho de 2019

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

João Gonçalves Pereira
João Oliveira
Marcos Perestrello
Nuno Magalhães
Odete João
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
José Cesário
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Jánila Madeira
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Paulo Pisco
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 09/07/2019.